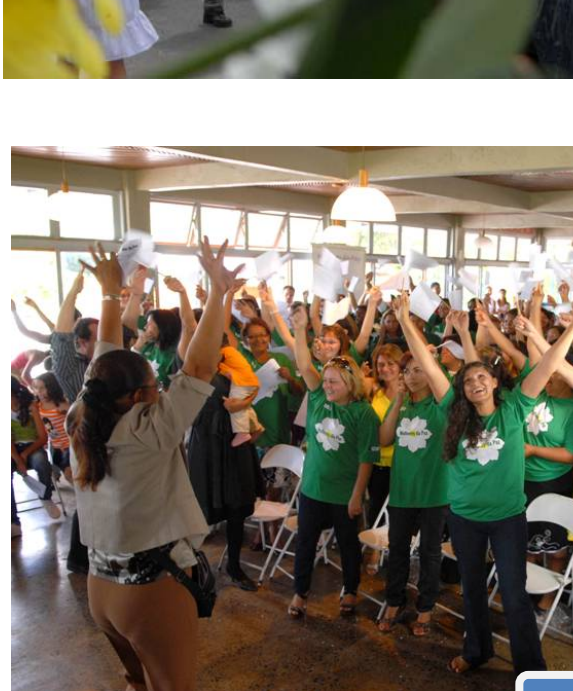
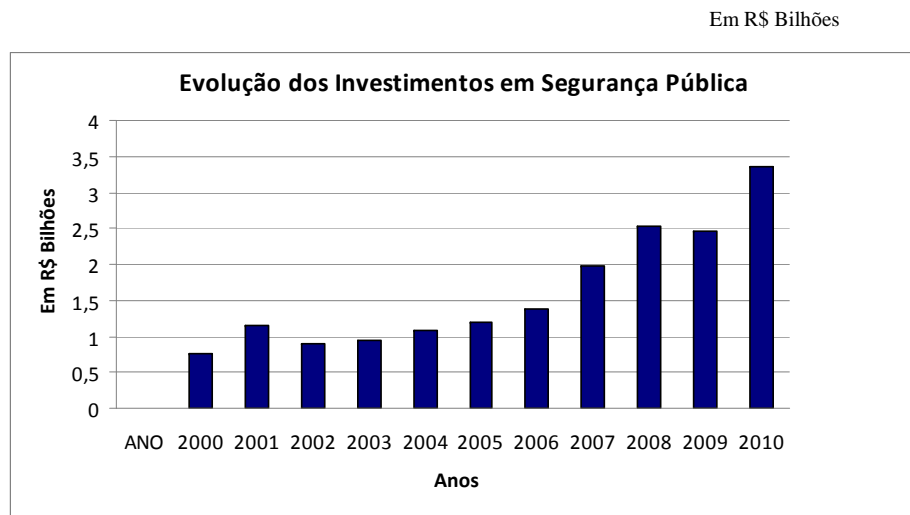


Segurança Pública com Cidadania



INVESTINDO EM SEGURANÇA PÚBLICA PARA UM BRASIL MAIS SEGURO

No período de 2000 a 2010, os avanços no que se refere a investimentos em segurança pública foram sem precedentes, possibilitando ao governo federal atingir o maior patamar já visto de recursos na área, conforme expresso no gráfico abaixo.



* Os dados de 2000 a 2009 referem-se aos valores empenhados, e os de 2010 ao previsto na Lei Orçamentária
 Fonte: Coordenação Geral de Orçamento e Finanças – Ministério da Justiça

Em R\$ Milhões

ANO	PRONASCI	DPRF	DPF	SENASP	DEPEN	TOTAL
2000	-	109,5	235,5	263,9	144,8	753,7
2001	-	147,7	339,6	414,5	264,9	1.166,8
2002	-	106,5	338,6	328,9	132,9	906,9
2003	-	134,5	395,6	300,9	120,3	951,3
2004	-	143,1	509,4	281,9	145,8	1.080,2
2005	-	212,6	581,8	243,0	158,6	1.195,9
2006	-	198,9	555,4	339,2	303,5	1.397,1
2007	-	243,0	698,3	836,5	201,1	1.978,9
2008	1.026,1	225,5	744,3	318,2	226,7	2.540,7
2009	1.237,8	255,9	647,1	214,5	101,3	2.456,6
2010	1.528,0	278,4	921,8	436,0	188,2	3.352,4

* Os dados de 2000 a 2009 referem-se aos valores empenhados, e os de 2010 ao previsto na Lei Orçamentária
 Fonte: Coordenação Geral de Orçamento e Finanças – Ministério da Justiça

Os dados demonstram que a partir de 2003, o governo federal alavancou a aplicação de recursos na área de segurança pública com a criação do Sistema Único de Segurança Pública – SUSP, trazendo uma nova perspectiva de combate ao crime em uma visão universalista em que o problema deve ser combatido por todos. De igual forma, foram retomados os investimentos nas polícias federais e no sistema penitenciário nacional, com a criação do Sistema Penitenciário Federal. No ano de 2007, foi criado o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), a partir da perspectiva de que segurança pública se faz com cidadania. De 2007 para cá, o PRONASCI investiu R\$ 3.791,91 bilhões, representando um acréscimo de aproximadamente 9,5 vezes do valor investido no ano de 2000.

SEGURANÇA PÚBLICA COM OLHAR NO CIDADÃO - PRONASCI

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) é um marco no enfrentamento à criminalidade no país. Propõe um novo pacto federativo em torno da questão da segurança pública, atuando com Estados, mas também reconhecendo a importância do município como parceiro fundamental na prevenção da criminalidade local. O PRONASCI articula políticas de segurança com ações sociais; prioriza a prevenção e busca atingir as causas que levam à violência, sem abrir mão das estratégias de ordenamento social.

Age em áreas de maiores índices de violência, e tem como foco principal a proteção ao jovem, de modo a impedir o seu ingresso no mundo do crime, propiciando a ele sua formação na cultura de paz, e sua preparação para uma nova inserção na sociedade.

Territórios Livres de Violência

Em sua instalação plena, o PRONASCI chega à vida da comunidade com o Território de Paz. As ações são executadas simultaneamente num determinado território e mudam, aos poucos, a ambiência local, com a chegada de um policiamento de proximidade, monitoramento dos espaços mais perigosos por câmeras de vídeo, além de projetos que trazem acesso à justiça, educação, lazer e infraestrutura. É o momento em que todos os entes federados trabalham juntos para prevenir a violência e reduzir a criminalidade.

Desde que começaram a chegar às comunidades, em dezembro de 2008, já são 26 Territórios de Paz em 11 Estados e o Distrito Federal. Os territórios foram implementados em 19 municípios, abrangendo regiões em total descoesão social. **Ainda existem 48 municípios em 13 estados que estão em fase de implementação dos Territórios.** A instalação do PRONASCI é processual e de longo curso. O envolvimento da sociedade civil no PRONASCI desdobra-se também com a participação ativa da comunidade na implantação de políticas públicas, como por exemplo, nos projetos Mulheres da Paz e Protejo.

TERRITÓRIOS DE PAZ - UPP's/RJ			
Nº	UF	Município	Localidade
1	PE	Recife	Santo Amaro
2	RJ	Rio de Janeiro	Complexo do Alemão
3	DF	Brasília	Itapuã
4	AC	Rio Branco	ZAP V - Santa Inês
5	ES	Vitória	Grande São Pedro
6	AL	Maceió	Benedito Bento
7	BA	Salvador	Tancredo Neves
8	RS	Canoas	Guajuviras
9	PA	Belém	Terra Firme
10	CE	Fortaleza	Bom Jardim
11	RS	Esteio	Parque Primavera
12	RS	Sapucaia	Grande Vargas
13	RS	Cachoeirinha	Vila Anair
14	RJ	Rio de Janeiro	Cidade de Deus
15	RS	São Leopoldo	Vicentina
16	RS	Novo Hamburgo	Santo Afonso
17	SP	São Bernardo	Alvarenga
18	PR	São José dos Pinhais	Guatupê
19	BA	Camaçari	PHOC 1
20	ES	Viana	Nova Betânia
21	RJ	Rio de Janeiro	Santa Marta
22	RJ	Rio de Janeiro	Morro da Providência
23	RJ	Rio de Janeiro	Cantagalo-Pavão-Pavãozinho
24	RJ	Rio de Janeiro	Batan
25	RJ	Rio de Janeiro	Chapéu Mangueira/ Babilônia
26	RJ	Rio de Janeiro	Tabajaras/ Cabritos

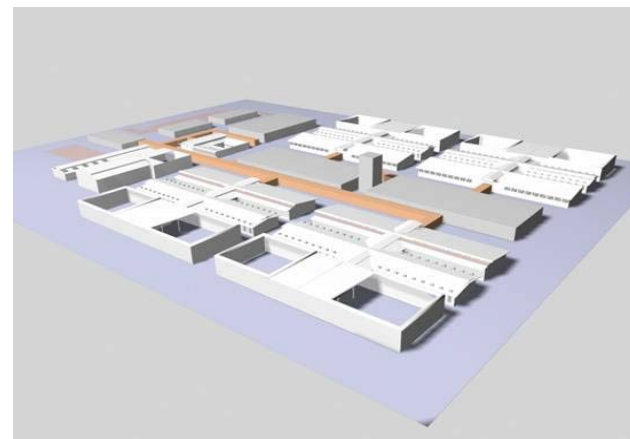
Um Novo Instrumento na Ressocialização de Jovens Adultos

Tendo em vista que os maiores índices de criminalidade se situam entre os jovens de 18 a 24 anos, o Ministério da Justiça lançou como meta do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) a geração de vagas com a Construção de Penitenciárias Masculinas para Jovens Adultos.

O jovem adulto necessita de um estabelecimento penal onde seja instituído processo educativo e laborativo, como instrumento de ressocialização de uma política penitenciária voltada à inclusão social, evitando que ele seja contaminado pela realidade carcerária atual. Esse processo de modificação contribui também para a formação de um senso crítico, melhorando o seu comportamento na vida carcerária.

A partir dessas informações, o Departamento Penitenciário Nacional desenvolveu um projeto arquitetônico que pudesse garantir a oportunidade de transformação não só na vida desses jovens, como também no conjunto da sociedade.

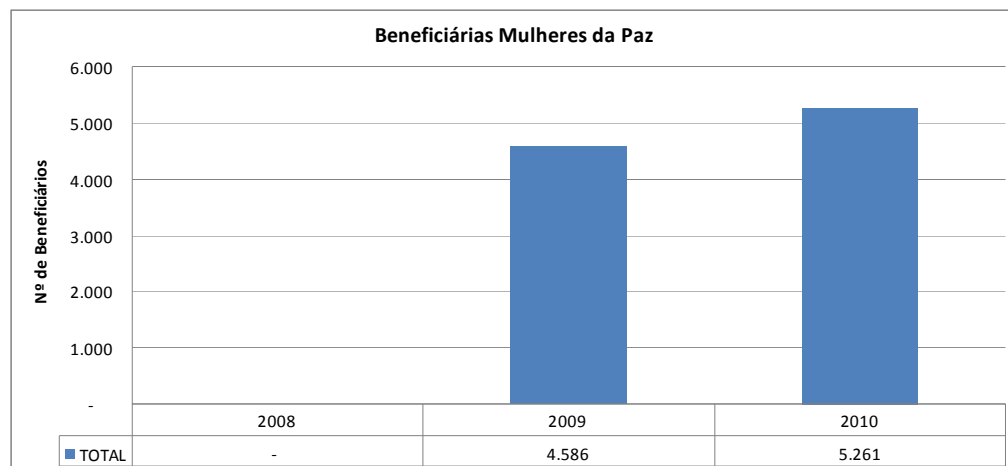
Construção de Penitenciárias Masculinas para Jovens Adultos



O projeto do estabelecimento penal para jovens adultos possui aproximadamente 13.000 m², distribuídos da seguinte forma:

- Bloco de Administração;
- Bloco de Alojamento de Agentes e da Guarda;
- Bloco de Saúde, tendo Consultórios para psicólogo, assistente social, médico, dentista, enfermaria e 04 celas de observação com solário;
- Bloco de Inclusão, onde o apenado é cadastrado, contendo guarda de pertences e barbearia;
- Bloco de Vivência Individual, contendo celas individuais para cumprimento de pena, triagem, isolamento, e possuindo salas de atividades múltiplas, pátio de sol e celas para encontros íntimos.
- Bloco de Visitas independente contendo celas de visitas íntimas e pátio de sol, onde as visitas não terão acesso à área de carceragem;
- Bloco de Serviços, contendo Lavanderia e Cozinha;
- 02 Blocos de Vivência Coletiva, contendo parlatórios, celas coletivas para 06 apenados com bancada de estudos e banheiro, cela para PNE (Portador de Necessidades Especiais), pátio de sol, pátio coberto, 06 Salas de Atividades, que poderão ser utilizadas como salas de aula, atividades múltiplas, cultos e aulas de informática;
- Bloco de Apoio às Visitas, contendo bancos e sanitário para atendimento aos familiares enquanto da espera para ingressar no estabelecimento penal; e Bloco de Recepção e Revista, onde as visitas farão o registro, a identificação e a revista.

Mulheres em Ação – Mulheres da Paz

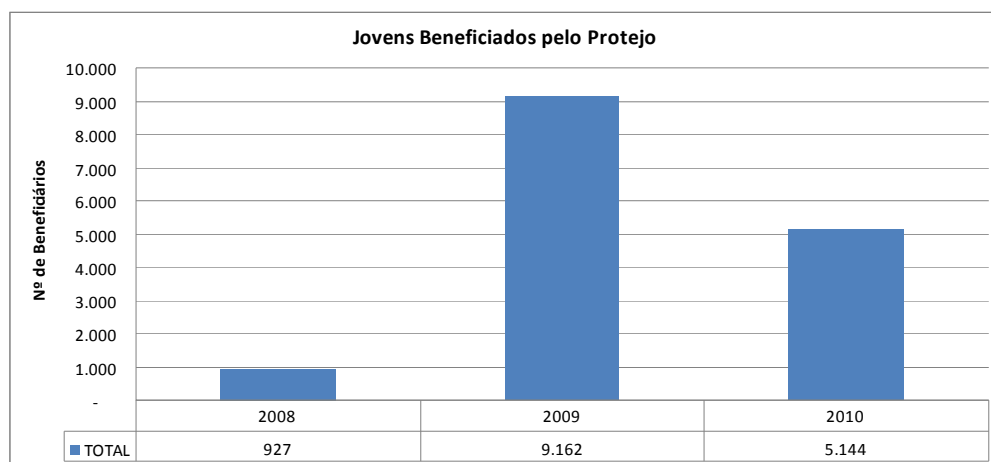


Fonte: Secretaria Executiva do PRONASCI – Ministério da Justiça

* Os dados de 2010 contabilizam as beneficiadas até outubro.

O projeto “Mulheres da Paz” envolveu até outubro de 2010, em diversos estados, **9.847 beneficiárias**. Têm como missão prevenir os conflitos locais e afastar os jovens da criminalidade, incentivando a participação deles nos projetos sociais do governo federal. Pelo trabalho, recebem um auxílio mensal de R\$ 190.

Jovens com Mais Cidadania - Protejo



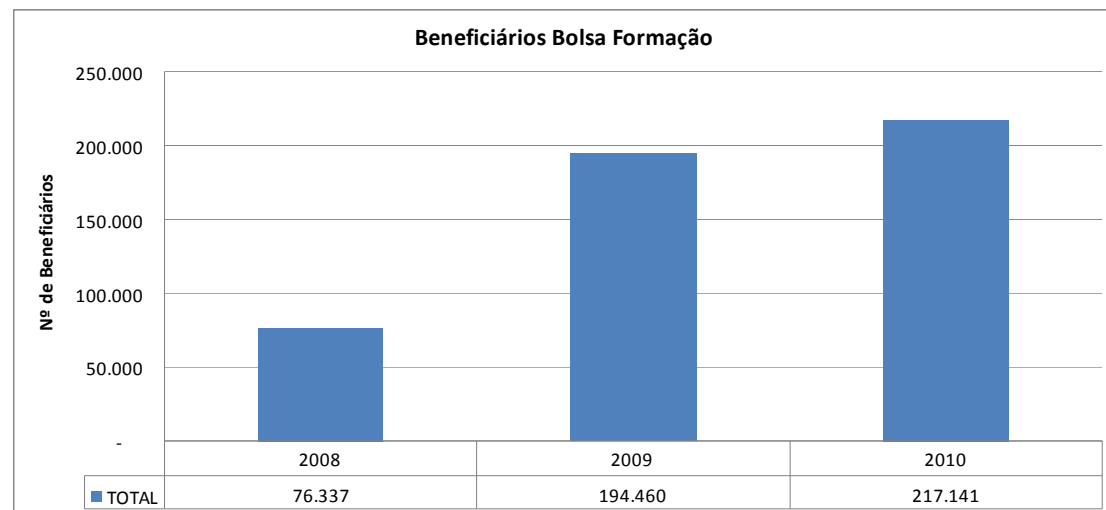
Fonte: Secretaria Executiva do PRONASCI – Ministério da Justiça

* Os dados de 2010 contabilizam os beneficiários até outubro.

Outra importante ação social do PRONASCI é o Protejo – Projeto para Jovens em Território Vulnerável – que desde 2008 envolveu **15.233 rapazes e moças** de 15 a 24 anos, moradores de rua ou expostos à violência doméstica ou urbana. Tem como objetivo sensibilizá-los para uma participação social ativa, resgatando sua auto-estima e convivência pacífica nas comunidades em que vivem. Além de atividades educacionais, culturais e esportivas, os jovens participam do curso de formação cidadã e passam a atuar como multiplicadores da cultura de paz. Recebem pelo projeto, durante um ano, uma bolsa mensal de R\$ 100.

Valorizando o Profissional de Segurança Pública

Bolsa Formação – O Governo em Contato Direto com os Policiais



Fonte: Secretaria Executiva do PRONASCI – Ministério da Justiça

* Os dados de 2010 contabilizam os beneficiários até 12 de novembro.

O Bolsa Formação, uma das principais ações PRONASCI, visa a valorização e formação do profissional de segurança pública brasileiro, com foco nos direitos humanos, policiamento comunitário, uso progressivo da força, entre outros temas. Como incentivo à capacitação, **o servidor recebe uma bolsa de R\$ 443,00**. Em alguns estados, esse valor chega a representar um acréscimo de 40% do salário. Desde seu início, em 2008, até outubro de 2010, **o programa já pagou cerca de R\$ 1.367.161.016,00 em bolsas, o que corresponde a 487.938 benefícios, contemplando 231.945** profissionais de segurança pública dentre policiais civis e militares, bombeiros, agentes penitenciários e guardas municipais.

Educando para a Segurança - Rede EAD e RENAESP

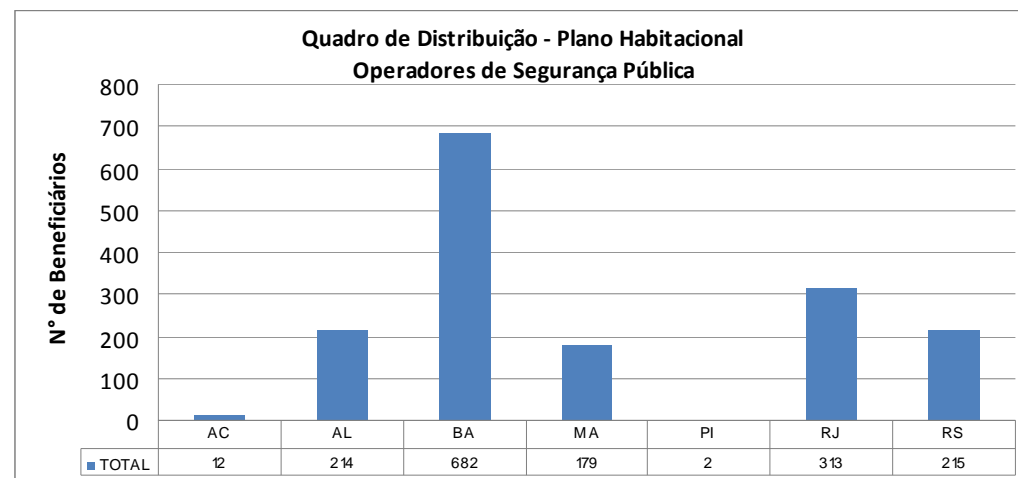
A Rede Nacional de Educação a Distância (EAD) é uma escola virtual que disponibiliza, gratuitamente, o acesso dos profissionais de segurança pública aos processos de aprendizagem, ultrapassando quaisquer barreiras geográficas e sociais. Criada em 2005, a Rede EAD representou um salto qualitativo em termos de investimento no capital humano, na valorização do profissional e na melhoria das ações de segurança pública. **Entre 2005 e 2009, os cursos do EAD capacitaram 760.295 policiais civis, militares, federais e rodoviários federais, além de bombeiros, guardas municipais e agentes penitenciários.**

Outra importante ação para capacitação e qualificação dos profissionais de segurança pública é a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP), um projeto de educação permanente, democrática e qualificada, promovido a partir da parceria com instituições de ensino superior – que recebem investimentos para realizar cursos nas modalidades presenciais e a distância – para a promoção de pós-graduação na área de segurança pública. **A RENAESP mobiliza 65 instituições de ensino superior, 350 docentes, 73 coordenadores acadêmicos, tem 5.250 alunos e está presente em 26 estados da federação.**

Plano Habitacional – Oferecendo Tranqüilidade aos Policiais

Desde a instituição do Plano Nacional de Habitação para Profissionais de Segurança Pública, quase 1,6 mil profissionais da área de segurança pública já adquiriram imóveis financiados pela Caixa Econômica Federal. O Plano, fruto de uma parceria entre o MJ e a Caixa, é uma das ações do PRONASCI, para valorização de policiais civis e militares, bombeiros militares, agentes penitenciários, peritos criminais e guardas municipais. Até outubro de 2010, 12 Estados aderiram ao programa: Acre, Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Pará, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, e mais recentemente Rondônia, Amapá e Mato Grosso.

Número de Beneficiários por Estado



Fonte: Secretaria executiva do PRONASCI – Ministério da Justiça

Os dados se referem aos estados que aderiram ao Plano e que os beneficiários já adquiriram imóveis.

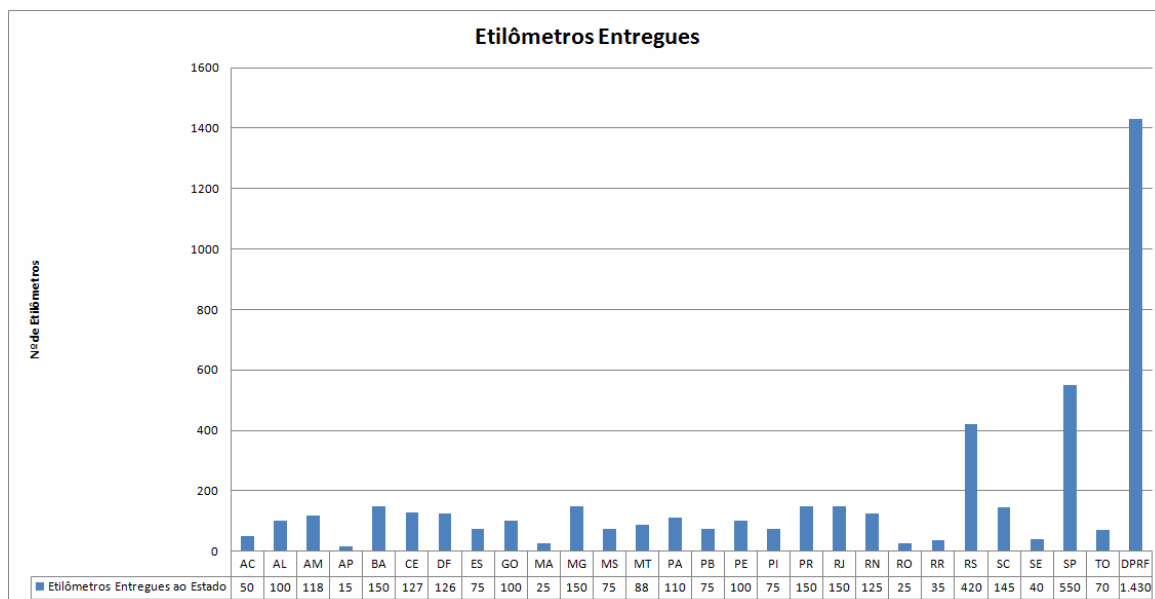
Campanha do Maior Desarmamento - Reduzindo a Violência

O MJ foi um dos responsáveis pela articulação com os Estados para a adesão e mobilização em torno da devolução ou registro de armas de fogo no Brasil. **O resultado dos trabalhos de 2009 foi o registro de 1,2 milhão de armas e a entrega de cerca de 15 mil armas. Desde o início da campanha, mais de 550 mil armas foram entregues.**

A articulação do Governo Federal com a sociedade civil, por meio da Rede Desarma Brasil foi outro fator importante para o sucesso da campanha, que contou com o apoio da Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização (Infoseg) e do novo Sistema Nacional de Registro de Armas (Sinarm).

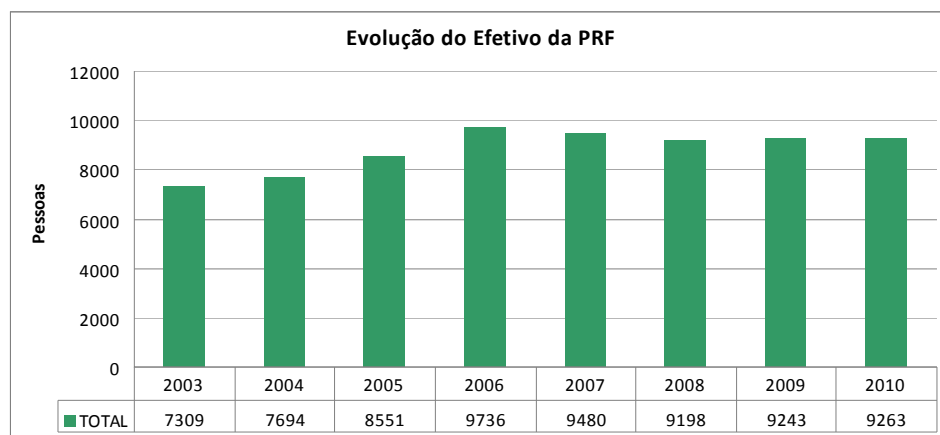
No sentido de dar continuidade à Campanha Nacional pela Entrega Voluntária de Armas de Fogo, o MJ, em parceria com a Rede Desarma Brasil, prosseguirá com a organização e realização das Caravanas do Desarmamento, que ocorrem em todas as capitais, contando com a mobilização da sociedade civil organizada e de instituições de segurança pública, em especial da Polícia Federal. As caravanas estimulam debates que incentivam a entrega voluntária de armas de fogo e realizam treinamentos sobre como montar postos de entrega de armas.

Brasil Contra Violência no Trânsito



Fonte: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Justiça

Desde a aprovação da chamada “Lei Seca” e da intensificação das ações de fiscalização da alcoolemia no trânsito, **houve uma redução de 13,6% dos acidentes fatais nas estradas federais, refletindo na economia de R\$ 48,4 milhões, referente ao custo social de acidentes em rodovias federais brasileiras.** A comprovação é da Polícia Rodoviária Federal, com base nas estatísticas nos dois primeiros meses de vigência da lei



*Dados até maio de 2010.

FISCALIZAÇÃO DA ALCOOLEMIA

No que se refere à fiscalização da alcoolemia, no ano de 2009 foram realizados 761.718 testes e efetuadas 11.114 prisões nas rodovias federais. **De janeiro a outubro de 2010 foram realizados 1.091.090 testes e mais de 10.019 prisões efetuadas.** Desde o início da vigência da lei, mais de 1,8 milhões de testes já foram aplicados e cerca de **25.000 prisões realizadas.**

COMBATE AO CRIME ORGANIZADO – ESTRATÉGIA E INTELIGÊNCIA

A partir de 2003 o combate ao crime organizado assumiu um novo patamar, incorporando aos investimentos estratégias que buscam levar as organizações criminosas ao fim. Diversas ações foram desenvolvidas, das quais cabem destaque:

Combate à Lavagem de Dinheiro

Em 2003 foi criada a **Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro – ENCCLA**, que em nível nacional reúne cerca de **80 órgãos dos três Poderes e do Ministério Público** (pertencentes tanto à esfera nacional quanto estadual e municipal), além de instituições privadas, com o objetivo de definir e acompanhar a realização de metas para atuação articulada de todos no combate à lavagem de dinheiro e à corrupção.

Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro

Trata-se de laboratório-modelo de análise tecnológica de grandes volumes de informação, visando a obtenção de conhecimento dessa massa de dados e, com isso, subsidiar a elaboração de provas de alto valor agregado nos processos conduzidos por órgãos de investigação criminal. Experiência pioneira no Brasil e no mundo, a atividade de um LAB-LD é realizada por meio de um conjunto de equipamentos e programas de última geração de informática operados por profissionais altamente capacitados. **São itens de hardware e software aliados a uma metodologia especialmente desenvolvida por técnicos do MJ que, a partir de informações obtidas por investigações e documentos fornecidos por fontes parceiras (polícias, instituições financeiras e os próprios ministérios públicos), possibilitam o cruzamento de dados em tempo recorde para a constatação de ilícitos e a identificação de operações típicas de organizações criminosas.**

Diante do sucesso e dos resultados obtidos pelo Laboratório, o MJ replicou a experiência em órgãos estaduais de persecução criminal, celebrando parcerias com 16 órgãos em 11 estados da federação para a instalação de LAB-LD's de alcance regional. Merece destaque o LAB do Ministério Público da Bahia, que se tornará um centro regional de excelência no nordeste brasileiro, atendendo também aos seus pares nos estados de Alagoas, Sergipe, Paraíba e Rio Grande do Norte. O potencial da replicação pode ser medido pelas 25 novas solicitações de convênio atualmente em análise no MJ, abrangendo 16 Unidades da Federação.

Considerado uma iniciativa madura, pretende-se ampliar seu escopo de atuação para abranger a investigação dos crimes antecedentes à lavagem de dinheiro, contribuindo para a sua elucidação de forma mais célere, efetiva e econômica, e, quando em potência máxima, servirá de **modelo mundial de Tecnologia aplicada no combate à Criminalidade.**

Cortando o Fluxo Financeiro de Organizações Criminosas

Desde 2003, o MJ tem cortado o fluxo financeiro das organizações criminosas, com vistas, sobretudo, à prevenção da continuidade de práticas delituosas. Assim, uma das principais metas do governo brasileiro no combate ao crime organizado nos últimos anos tem sido tornar o Estado mais eficiente na recuperação de ativos de origem ilícita. Para tal mister, foi criado, em 2004, o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI).

Como resultado, já foram recuperados, entre 2007 e 2009, US\$ 2.638.956,07 milhões como repatriação de recursos desviados para os Estados Unidos como parte do esquema conhecido como BANESTADO. Ainda, já foi definida a repatriação de mais US\$ 30 milhões, de recursos desviados para a Suíça.

O Brasil já atingiu a marca de US\$ 3 bilhões bloqueados no exterior, graças ao fortalecimento dos acordos de cooperação internacional e da sua operacionalização pela Secretaria Nacional de Justiça. O trabalho desenvolvido pelo Brasil adquiriu reconhecimento internacional. O país passou a compor o Comitê Dirigente do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), que, até então, era integrado por apenas quatro países: Japão, Estados Unidos, Canadá e Inglaterra. A conquista desse espaço decorre, em parte, do exame e da tramitação de aproximadamente 1.000 casos anuais de cooperação jurídica em matéria penal.

Também criado pela ENCCLA, o Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - PNLD tem fortalecido a coordenação entre os agentes públicos, a partir da realização de cursos e treinamentos para as capacidades e habilidades necessárias à adoção de medidas preventivas e à condução de inquéritos e ações penais relacionados à corrupção e à lavagem de dinheiro, bem como para a difusão de conhecimentos relacionados ao combate a esses crimes, à promoção da recuperação de ativos e da cooperação jurídica internacional. **Mais de 6.000 agentes públicos já foram capacitados por essa iniciativa.**

Transpondo Fronteiras com a Cooperação Jurídica Internacional

De 2003 a 2010, foram assinados 14 tratados de cooperação jurídica em matéria penal, com os seguintes países: China, Espanha, Suíça, Suriname, Angola, Honduras, México, Nigéria, Reino Unido, Panamá, Alemanha, Bélgica, El Salvador e Jordânia. Neste momento, o Ministério mantém negociações com outros 24 países. Além disso, foram negociados tratados de cooperação jurídica em matéria civil.

OPERAÇÃO SENTINELA

Tem como objetivo reprimir de modo eficiente e eficaz os crimes transnacionais, como o tráfico internacional de armas de fogo, munições e explosivos, contrabando e descaminho, exportação ilegal de veículos e imigração ilegal de estrangeiros pela fronteira seca do Brasil, demonstrando o grande esforço de todos os órgãos de segurança que têm atuado no cenário operacional. O resultado desse esforço se traduz na apreensão de 547 quilos de cocaína, 1.778,83 toneladas de pasta base de cocaína e 55.227 toneladas de maconha, 270 armas de fogo e de 39.381 munições, até outubro de 2010. A Operação Sentinela está presente em todos os estados da linha de fronteira do Brasil.

Combate ao crime nas fronteiras

O Projeto de Policiamento Especializado de Fronteira (PEFRON), desenvolvido pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, tem como objetivo prevenir e combater os crimes ocorridos nas áreas de fronteira do país, a exemplo do contrabando de armas e munições, narcotráfico, exploração ilegal de madeira e tráfico de pessoas. O projeto prevê a capacitação de policiais civis e militares dos estados brasileiros que fazem fronteira com outros países da América do Sul, além de investimentos para aparelhar as unidades policiais com equipamentos, tecnologia e viaturas. **De maio a dezembro de 2009, foram destinados R\$ 13,5 milhões para implantação do projeto no Rio Grande do Sul. A estimativa é de que sejam investidos, em 2010, R\$ 144 milhões para consolidação da iniciativa nos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.**

Tecnologia no combate ao crime: Projeto VANT-Veículo Aéreo não Tripulado.

Desde dezembro de 2009, uma aeronave não tripulada sobrevoa e monitora as fronteiras do Brasil com o Paraguai, Uruguai e Argentina na região de Foz do Iguaçu. **Ao todo serão 6 estações equipadas com 2 aeronaves cada, operadas pela Polícia Federal, somando um investimento da ordem de US\$ 655,6 milhões.**

Brasil Livre da Pirataria

Articulados pelo Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra Propriedade Intelectual, as ações da Receita Federal, da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal, sobretudo em portos, aeroportos e fronteiras, resultaram em recordes de apreensões de produtos falsos, de prisões e de instauração de inquéritos e processos contra os envolvidos com a pirataria e a contrafação.

Por esta razão, o Conselho tem se voltado à formalização de parcerias - entre elas com ANCINE, ANVISA e ESAF -, que é uma das diretrizes essenciais da ação para consolidar um movimento nacional de enfrentamento à pirataria e à contrafação.

Inquéritos Instaurados no Departamento de Polícia Federal

O número de inquéritos instaurados para apuração de delitos contra a propriedade intelectual aumenta, em média, 25% a cada ano. Somente no ano de 2008 foram instaurados 10.864 inquéritos federais.

Apreensões da Anvisa

Como consequência de um acordo de cooperação articulado pelo CNPCP e assinado com o Ministério da Saúde, a **apreensão de medicamentos saltou de 20 toneladas em 2008 para 316 toneladas no período de janeiro a agosto de 2009.**

Apreensões da Receita Federal

Desde o início das atividades do CNCP, em 2004, o número de apreensões da Receita Federal mais do que triplicou, conforme se pode verificar na tabela abaixo:

PERÍODO	APREENSÕES DA RECEITA FEDERAL (R\$)
2004	452.263.064,27
2005	600.696.084,14
2006	871.699.249,79
2007	1.051.141.004,78
2008	1.043.064.322,68
2009	1.414.062.137,97
Total	5.432.925.863,63

Apreensões da Polícia Rodoviária Federal

As apreensões de produtos piratas realizadas pela Polícia Rodoviária Federal também destacaram um aumento significativo no decorrer do período entre 2004 e 2010, conforme a tabela ao lado. Dentre os produtos apreendidos estão CDs, DVDs, cigarros, combustíveis, materiais de informática, eletrônicos, medicamentos e bebidas. As apreensões de 10.878 armas e de 759.984 unidades de munições no período de 2003 a outubro de 2010 também merecem destaque.

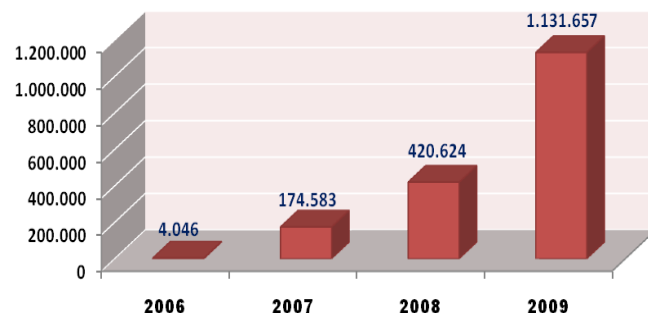
PERÍODO	QUANTIDADE DE PRODUTOS APREENDIDOS
2004	1.342.758
2005	3.859.585
2006	11.341.964
2007	10.392.955
2008	10.025.423
2009	16.264.397
2010*	27.071.464
Total	80.298.546

* Dados até 08 de novembro de 2010.



Campanha do RECADASTRAMENTO ESTATÍSTICO

TOTAL DE REGISTROS EMITIDOS DE 2006 A 2009



Apreensões de Entorpecentes e Armas

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010*
Maconha (kg)	125.120,02	104.764,14	190.496,24	168.802,26	193.939,94	209.406,94	190.654,65	198.162,65	187.103,12	150.585,71	125.568,01
Cocaína e Derivados (Crack e Pasta Base) (kg)	3.148,02	6.304,25	9.077,24	9.715,27	7.461,72	17.169,36	14.293,91	18.852,41	20.534,03	20.807,78	20.141,74
Lança Perfume (Fr)	11.808	6.468	17.468	26.332	71.267	51.696	8.768	397	3.929	4.205	6.492
Merla (kg)	0,73	3,8	4,72	19,69	14,55	129,88	3,23	65,73	-	5,227	7,25
Psicotrópicos (un)	63	234	37.841	6.530	1.378	29.566	754	14	-	-	45.579
Pés de Maconha Erradicados (un)	4.427.767	2.189.676	2.562.010	1.835.737	560.837	1.587.672	1.150.036	576.256	2.904.752	2.198.743	1.440.032
Armas (un)	-	-	-	-	-	978	469	1.599	5.953	1.780	253
Munições (un)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	67.690	66.395

* Dados até outubro de 2010

Discussões Sobre Segurança Pública Envolvem 500 mil Brasileiros - 1º CONSEG

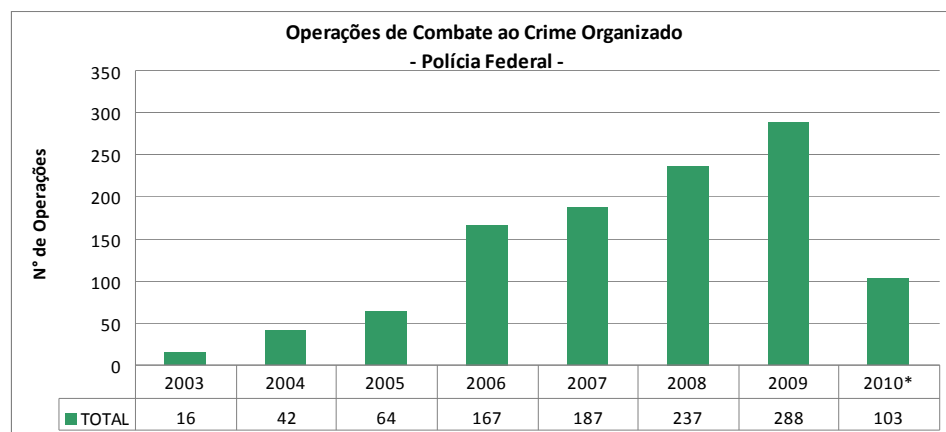
Entre 2008 e 2009, o Ministério da Justiça realizou a **1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (CONSEG)** para possibilitar que a sociedade civil, os profissionais e os gestores da segurança pudessem dialogar, pela primeira vez, sobre a **política nacional de segurança pública**. Foram mobilizadas diretamente 224.428 pessoas e indiretamente **530.114 pessoas**. Na Etapa Nacional, realizada em Brasília em agosto de 2009, foram priorizados 10 princípios e 40 diretrizes para a política nacional da área. Para dar continuidade ao processo democrático de participação social, o **Conselho Nacional de Segurança Pública – CONASP** foi então reativado e está sendo reestruturado.

1ª Conseg em Números	
Pessoas envolvidas na discussão	530.114
Participação direta em mais de 1400 etapas	224.428
Propostas recebidas	28.660
Atividades de mobilização	42.468
Projetos especiais	24.108
Consulta aos policiais	64.137
Municípios	514
Unidades Federativas	27
Etapa Nacional	3 mil

12º Congresso da ONU Reflete Protagonismo Brasileiro

Em abril de 2010 foi realizado o 12º Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção ao Crime e Justiça Criminal, em Salvador (BA). **O evento reuniu mais de 6 mil pessoas de mais de 120 países na discussão do tema “Estratégias Globais para Desafios Globais: A Prevenção do Crime e o Desenvolvimento dos Sistemas de Justiça Criminal em um Mundo em Transformação”**. Foi a primeira vez que o Brasil sediou o encontro, que é o maior evento global relacionado a estes temas e que ocorre a cada 5 anos. Registre-se que após 30 anos esse Congresso voltou a ser sediado na América Latina pelo protagonismo brasileiro na área de cooperação jurídica internacional.

INVESTIMENTOS E PROFISSIONALIZAÇÃO DAS POLÍCIAS FEDERAIS



Fonte: Departamento de Polícia Federal

* Dados 2010 até 30/06.

Uma das prioridades da política de segurança pública do Governo Federal nos últimos anos tem sido o aprimoramento e profissionalização da Polícia Federal. No rol das ações estratégicas de melhoria da segurança pública, a partir de 2003 o governo federal investiu fortemente nas polícias federais, como forma de instrumentalizá-las com recursos de última tecnologia, bem como a ampliação dos quadros efetivos.

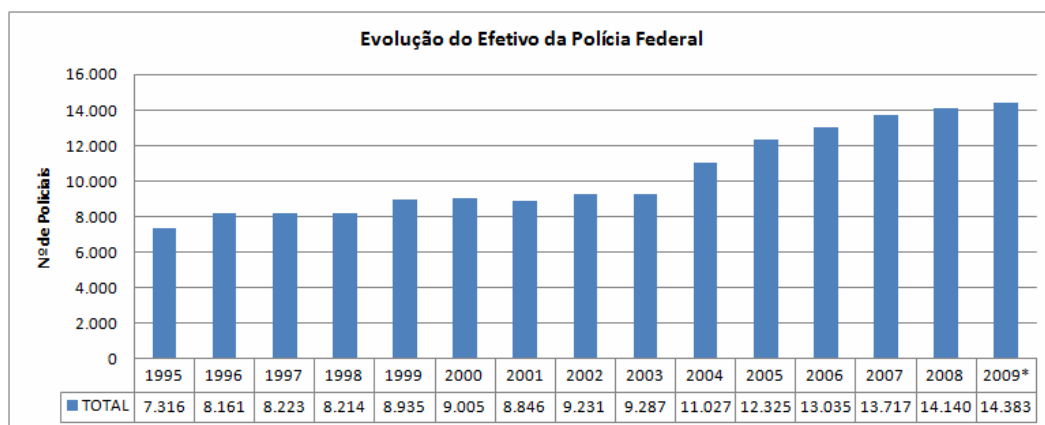
Como resultado, a atuação da Polícia Federal pode ser traduzida em diversas operações de 2003 a 2010, resultando em mais de 14.700 prisões. Tais operações vêm desarticulando, sem tréguas, esquemas de fraudes e golpes em várias regiões do país, inclusive dentro da administração pública.

Segurança Pública em Números - Combate ao Crime Organizado / Polícia Federal

Total Inquéritos

Ano	Em Andamento	Instaurados	Relatados
2003	87.567	50.220	33.103
2004	109.077	56.390	31.222
2005	118.947	66.492	42.700
2006	137.963	71.997	45.539
2007	156.091	79.732	51.985
2008	169.282	94.230	62.502
2009	159.865	76.882	73.468

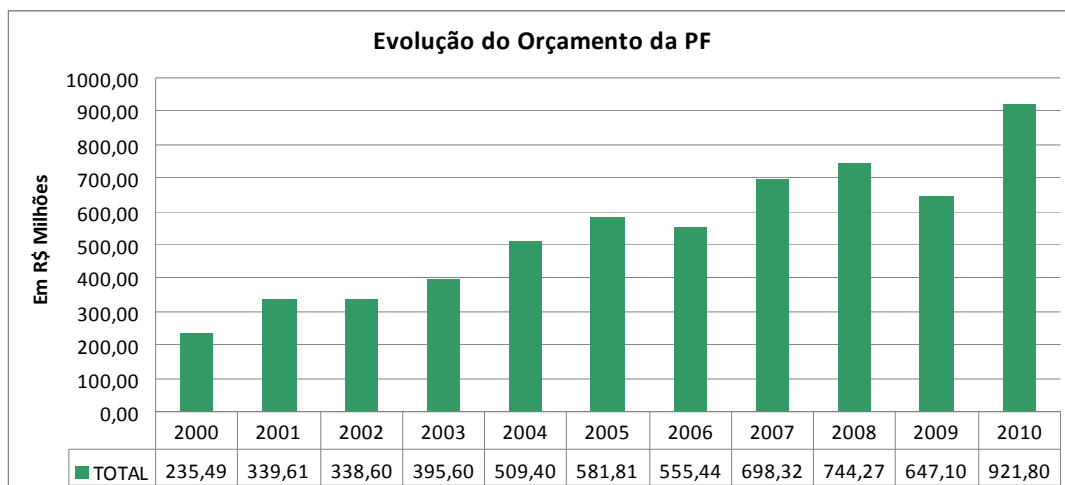
Maior Efetivo na Polícia Federal – Maior Presença no Brasil



Fonte: Mapa de Controle de Lotação
SLM/DRH/CRH/DGP

* Dados extraídos no mês de novembro de 2009

O sucesso de sua atuação foi garantido por meio do aumento constante de seu efetivo. O Governo investiu efetivamente no fortalecimento da Polícia Federal nos últimos 7 anos, especialmente em ações de recomposição do quadro de servidores policiais e em cursos de capacitação. **O efetivo atual da Polícia Federal é de 14.136**, sendo 11.346 policiais e 2.790 administrativos, **o que representa um aumento de mais de 51% em relação a 2003**, comparando os números, observamos que no período de 1995 a 2002 o efetivo cresceu em 26%, enquanto no período de 2003-2009 a taxa de crescimento foi de 55%, traduzido conforme demonstra o gráfico ao lado.



PRISÕES DPF – 2003 A 2009

ANO	Prisões*	Servidores Públicos	Policiais Federais
2003	223	122	39
2004	703	265	9
2005	1.407	219	9
2006	2.673	385	11
2007	2.876	310	15
2008	2.475	396	7
2009	2.663	183	4

* O total de presos já inclui os servidores públicos e policiais federais.

Força Nacional de Segurança Pública – Ação Integrada de forma Estratégica

Criada em 2004, trata-se de um programa de cooperação federativa, com a participação de todas as polícias estaduais, com atuação episódica e planejada. A Força Nacional atua em suplementação às forças estaduais no gerenciamento de crises na segurança pública e somente mediante pedido direto do Governador do Estado e subordinando-se diretamente ao comando da unidade federada. Excepcionalmente a Força também faz operações de apoio à Polícia Federal.

O efetivo da Força é composto por policiais cedidos temporariamente pelos Estados, que são treinados pelo MJ. Para atender situações que demandam mobilização imediata, a Força Nacional conta com o Batalhão Escola de Pronto-Emprego (BEPE), que têm um efetivo de 584 militares, recebendo capacitação para agir imediatamente em casos de desastres, ações emergenciais de polícia ostensiva e ações de preservação do meio ambiente. A Força Nacional realizou cursos, estágios e eventos acadêmicos no período de 2009 a 2010, em que foram capacitados 8046 profissionais de segurança pública dentre policiais militares, bombeiros e policiais civis.

Quando retornam a seus Estados, os policiais que estiveram no BEPE, além da sua capacitação, levam todos os equipamentos que utilizaram durante sua estada na Força Nacional. Isto possibilita aos Estados, disporem, a custo zero, de uma tropa treinada e bem equipada ao cabo de um ano. Além do BEPE, a Força Nacional de Segurança conta com 8776 policiais capacitados, que continuam desempenhando suas funções em seus Estados, e estão aptos a serem mobilizados para as atividades desenvolvidas pela Força Nacional.

Atualmente 754 militares estão mobilizados nas operações do DFNSP, distribuídos em 18 Operações em 12 Estados da Federação, deste total de efetivo mobilizado 374 pertencem ao efetivo do BEPE realizando os módulos de prática operacional externa do BEPE, em escala rotativa de forma que ao final de um ano todos os efetivos passam por capacitação e mesmo preparo técnico.

A Força Nacional já atuou em 16 Unidades Federadas (AL, MA, PR, MT, MS, PA, RO, BA, RJ, RR, GO, SC, ES, AM e AC), empregando cerca de 5.119 profissionais. **Hoje a Força Nacional atua em 12 Unidades Federadas** (AL, MA, PR, MT, MS, PA, RO, BA, RR, SC, AM e AC) em operações de apoio ao Departamento de Polícia Federal, ao IBAMA e aos Estados solicitantes.

Desde a sua criação, a FNSP já deflagrou 53 operações. Em 2010, estão em andamento **18 operações**, com destaque para as operações **Arco de Fogo e Sentinela**, apoiando a Polícia Federal no combate a crimes ambientais na Amazônia e ao tráfico de drogas nas fronteiras.

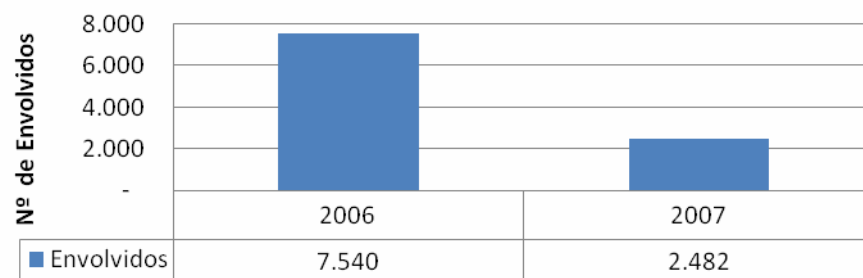
Em 2010 o orçamento da Força Nacional é de R\$ 98.649.488,00.

UM NOVO OLHAR SOBRE A QUESTÃO PENAL

O SPF iniciou suas atividades em 2006, com o objetivo de custodiar presos de alta periculosidade, visando a desarticular o crime organizado e coibir as rebeliões nos estabelecimentos prisionais estaduais. No que se refere à construção de presídios federais, a primeira fase previa a construção de 5, cada uma com 208 vagas em celas individuais, ao custo total de 130 milhões. **Já estão em operação 4 unidades (Catanduvas/PR, Campo Grande/MS, Porto Velho/RO e Mossoró/RN).** A quinta penitenciária será construída em Brasília-DF.

As penitenciárias possuem equipamentos de segurança de alta tecnologia, radiocomunicação digital, equipamentos eletrônicos de varredura, sistema de gerenciamento de banco de dados, soluções em inteligência artificial e de controle de comunicações. O sistema permite monitoramento à distância, com câmeras que transmitem em tempo real as imagens de todos os ambientes das penitenciárias à unidade de monitoramento centralizada em Brasília. Por meio de concurso público, hoje os quadros do Sistema Penitenciário Federal contam com cerca de 1000 agentes penitenciários, 12 técnicos e 32 especialistas. **Dessa forma, a criação do SPF culminou com a redução de 66,99% em rebeliões e motins, nos estados que enviaram presos aos estabelecimentos federais.**

Mapa Comparativo de Rebeliões em 2006 e 2007 nos Estados com Presos Removidos para o Sistema Penitenciário Federal



Retração do Crescimento da População Carcerária

O crescimento médio da população carcerária brasileira nos últimos 4 anos foi de aproximadamente 7% a.a. De 1995 a 2005, a população carcerária do Brasil saltou de 148 mil para pouco mais de 361 mil presos, o que representa um aumento de 143,91% em 10 anos. Entre 2005 e 2009, a população aumentou de 361.402 (dez/2005) para 473.626 (dez/2009), o que representa um aumento de 31,05% em 4 anos. Dessa forma, **observa-se que esse crescimento sofreu uma retração nos últimos anos.** Mesmo assim, o déficit atual de vagas no Brasil é de cerca de 180 mil.

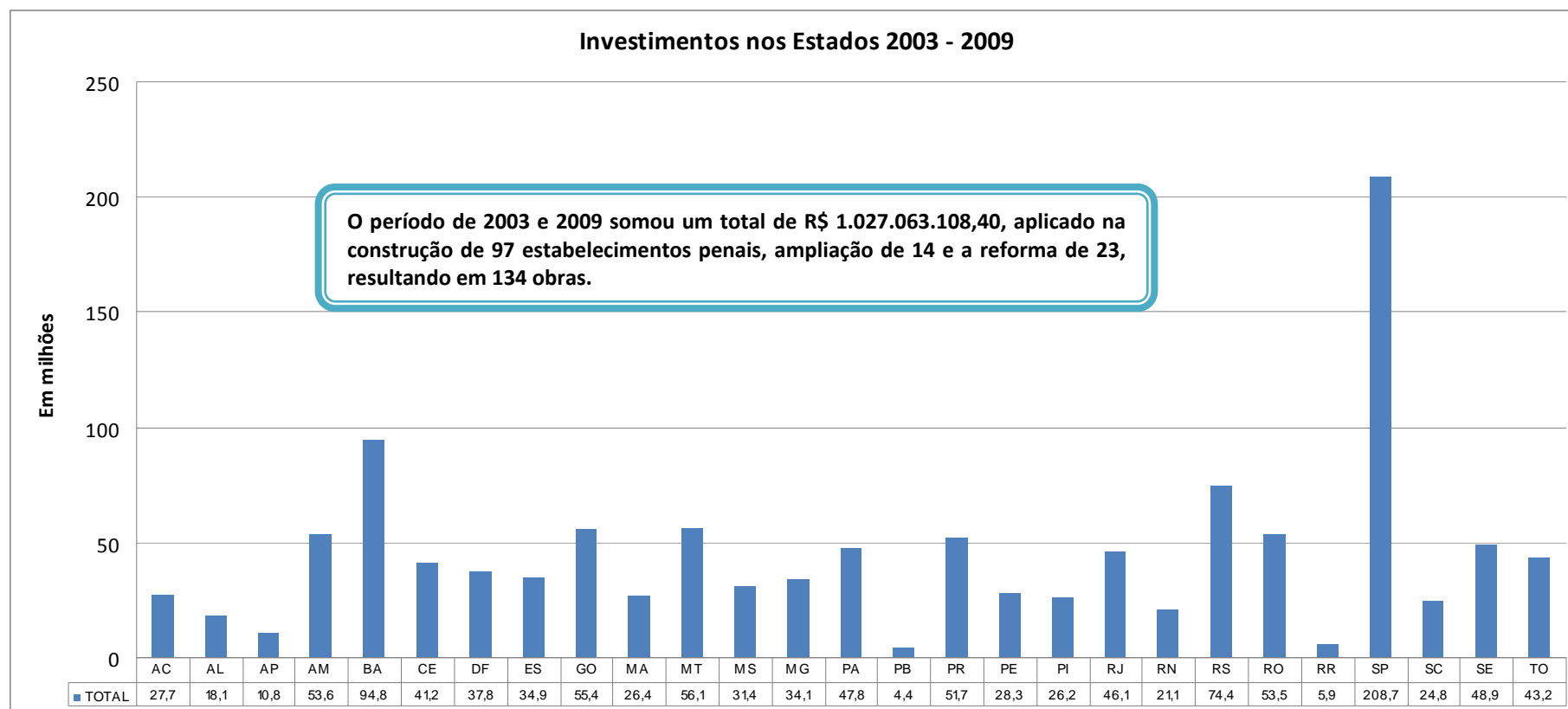
LOCALIZAÇÃO ESTRATÉGICA: FERRAMENTA NO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO



Penitenciária Federal de Catanduvas/PR – 1ª do Brasil

A robusta estrutura formada trata-se também de importante ferramenta estratégica no que se refere ao combate ao crime organizado, na medida em que isola os criminosos de alta periculosidade.

Investimento no Aprimoramento da Execução Penal



No que diz respeito ao aparelhamento, os investimentos no período somaram **R\$ 120.868.200,87**.

Foram investidos cerca de **17,2 milhões** na aquisição de equipamentos de segurança eletrônica para doação aos Estados, instalados em 36 estabelecimentos penais em 20 Estados.

InfoPen – Retrato da População Carcerária

O Sistema Nacional de Informação Penitenciária - InfoPen – foi o primeiro sistema de informações penitenciárias em âmbito nacional, desenvolvido totalmente pelo do Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN. Possibilita diagnóstico detalhado da população prisional no Brasil de forma a suprir agentes políticos e públicos de subsídios para construção de políticas penitenciárias integradas à dinâmica do crescimento da população prisional. Nesse ínterim, foi criado em 2005 o InfoPen Estatístico, com o intuito de dar celeridade, confiabilidade e padronização ao repasse de informações das Unidades Federativas à União por intermédio da informatização.

Tal sistema evoluiu para o InfoPen Gestão, no intuito de informatizar os estados que não possuíam sistemas, unificar as bases de dados existentes e diminuir as inconsistências de dados. Permite a extração de dados qualitativos e quantitativos dos presos de forma mais rápida e eficiente, haja visto estar o todo tempo on-line. **O InfoPen Gestão já se encontra implantado em 17 Estados, sendo investidos R\$ 16.210.675,00. Para tanto, 2.610 computadores foram doados pelo MJ aos estados. Há previsão de aquisição de mais 1.078 computadores para o ano de 2010.** Além dos computadores, foram disponibilizados de forma gratuita aos estados softwares, suporte técnico e de banco de dados centralizado.

Sistema de Penas e Medidas Alternativas Replicado em outros Países

Penas e medidas alternativas são o melhor caminho para evitar a formação de criminosos graves, além de impedirem a progressão no mundo do crime.

Dessa forma, o governo do Presidente Lula consolidou o modelo brasileiro de penas e medidas alternativas à prisão, reconhecido pela Organização das Nações Unidas como uma das melhores estratégias e práticas para redução da superpopulação carcerária do mundo, investindo cerca de R\$ 18.305.918,92

Provocou-se uma discussão mais ampla sobre a excessiva aplicação da pena restritiva de liberdade como uma resposta para a criminalidade, cujas soluções estão muito além da vinculação direta entre crime e prisão. A punição alternativa ao encarceramento permite a responsabilização do infrator e sua reinserção social com mais eficácia, resultando na amplitude do rol de crimes que podem ser apenados com esses substitutivos penais.

Ações na área de Reintegração Social de Presos, Internados e Egressos do Sistema Penitenciário.

As ações de reintegração social podem ser definidas como um conjunto de intervenções técnicas, políticas e gerenciais levadas a efeito durante e após o cumprimento de penas ou medidas de segurança, no intuito de criar interfaces de aproximação entre Estado, Comunidade e as Pessoas Beneficiárias, como forma de lhes ampliar a resiliência e reduzir a vulnerabilidade frente ao sistema penal. Os projetos na área de Reintegração Social do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN/MJ estão posicionados entre alguns eixos básicos:

***1º - Formação Educacional e Profissional dos Apenados, Internados e Egressos do Sistema Penitenciário Nacional:** diz respeito ao processo pelo qual se procura associar a elevação da escolaridade e a educação profissional, com o acesso ao trabalho e à geração de renda, de maneira a preparar o beneficiário para ingresso no mundo do trabalho após o cumprimento da pena privativa de liberdade, ressaltando também a capacitação das mulheres em privação de liberdade.

***2º - Assistência ao Preso, ao Internado, ao Egresso e aos seus Dependentes:** faz referência a um movimento de promoção dos direitos dos apenados, internados, egressos, dependentes e familiares, criando condições para que estes possam exercer a sua autonomia. Esse processo deve ser mediado pela inclusão dos beneficiários na agenda das políticas públicas de governo e pelo apoio a ações de instituições públicas e privadas, de caráter permanente, que tenham como objetivo prestar atendimento aos beneficiários com assistência material, jurídica, educacional, social, religiosa e à saúde em interface com os demais órgãos federais.

No ano de 2009, as ações do DEPEN/MJ destinadas à Reintegração Social do Preso, Internado e Egresso atingiram entre beneficiários diretos e indiretos aproximadamente 95 mil pessoas, por intermédio da celebração de convênios com Estados Federados e entidades privadas sem fins lucrativos, além de repasses destinados ao incentivo financeiro previsto no Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário, totalizando um investimento de pouco mais de R\$ 5,5 milhões.

AÇÕES DE CAPACITAÇÃO EM SERVIÇOS PENAIIS

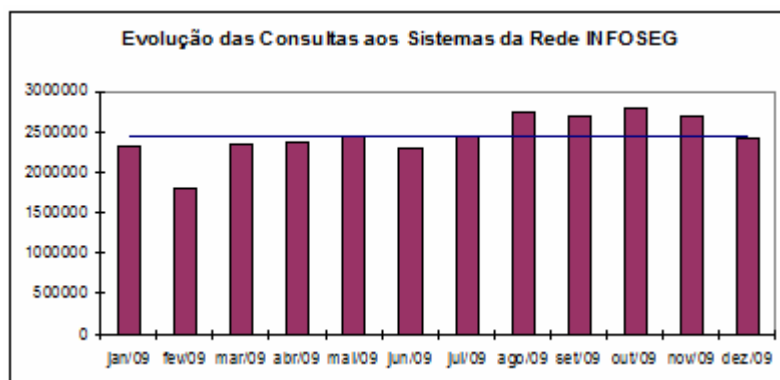
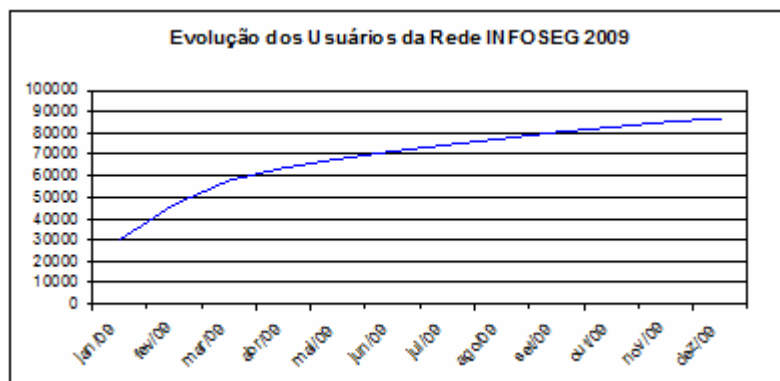
O Departamento Penitenciário Nacional tem trabalhado, junto às Unidades da Federação, no fomento a implantação e implementação das Escolas de Gestão Penitenciária. Esta iniciativa visa à estruturação de espaços de formação, qualificação, e aperfeiçoamento dos profissionais do sistema penitenciário agregada à valorização da categoria de servidores e perspectivas de atividades de pesquisa e produção de conhecimento acerca da realidade e dinâmica prisionais.

Todo este processo teve início no ano de 2005, e já contabiliza um investimento na ordem de R\$ 3,4 milhões. No cenário atual temos:

Escolas implantadas com recursos do próprio estado e que foram utilizadas como referência: 05	Escolas implantadas com recursos e assessoria do Depen: 11	Escolas em fase de implantação, financiadas e apoiadas pelo Depen: 09
Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.	Amazonas, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia e Sergipe.	Acre, Amapá, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Pernambuco, Roraima, Santa Catarina e Tocantins.

Para além da institucionalização das Escolas, o Depen tem financiado cursos de formação e capacitação profissional do pessoal penitenciário junto às Escolas já em funcionamento. Os cursos são balizados e orientados pelos eixos norteadores da Matriz Curricular Nacional para a Educação em Serviços Penitenciários: administração penitenciária, saúde e qualidade de vida, segurança e disciplina e relações humanas e reinserção social.

No ano de 2009 os investimentos nas ações de capacitação em serviços penais somaram cerca de R\$ 640 mil.



Para 2010 estão previstos mais oito módulos integrados na Rede Infoseg, sendo: Pessoas Desaparecidas, Apreensão de Drogas, Observatório de Drogas, Passaportes, Vigilância Privada, Mercosul (armas, pessoas e veículos), Integração dos Registros de Identidade e Presos. Além dos módulos a Rede estará acessível por dispositivos móveis (WAP e J2ME) e com módulos de consulta integrada. O objetivo é alcançar 32 sistemas integrados até 2013 para atender à Copa do Mundo e Olimpíadas no Brasil.

A Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização – Rede Infoseg foi criada em 1995 com a interconexão dos sistemas de mandados de prisão dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul e funcionava por meio de uma rede de dados privada entre estes Estados.

No ano de 2004, a Rede Infoseg integrava 17 Estados da Federação e começava sua migração para o mundo da internet, disponibilizando acesso aos seus módulos de consulta através de acesso seguro pela web. O policial necessita apenas de um acesso à internet para visualizar as informações disponíveis na Rede Infoseg.

Já em 2007 a Rede Infoseg avançou para integração de outros módulos, como veículos, condutores, armas, pessoas físicas e jurídicas e também sistemas de fiscalização eletrônica de passagem de veículos, como o SINIVEM. Este avanço foi impulsionado pelos XV Jogos Pan-americanos, no Rio de Janeiro. Foi concluída a integração em tempo real dos 27 Estados e a Polícia Federal disponibilizando informações criminais de mandados de prisão, inquéritos, processos, procedimentos e termos circunstanciados, meta alcançada com sucesso.

O ano de 2009 representou outro marco para o histórico da Rede Infoseg pois consolidaram-se os conceitos de segurança e disponibilidade das informações existentes a partir dos investimentos realizados em infraestrutura do próprio Data Center da Rede Infoseg e de seu específico sistema de controle de acesso e gestão de usuários, com melhores ferramentas de segurança no acesso de seus usuários.

34,98 milhões de consultas à Rede Infoseg em 2009.